



Centro de Ciências Humanas e Exatas
Campus VI – Poeta Pinto do Monteiro
Curso de Licenciatura Plena em Letras – Língua Portuguesa

**BIOPODER E BIOPOLÍTICA EM *ADMIRÁVEL MUNDO NOVO*, DE
ALDOUS HUXLEY, E *1984*, DE GEORGE ORWELL**

Monteiro – PB

2023

THIAGO AUGUSTO QUEIROZ BARROS

**BIOPODER E BIOPOLÍTICA EM *ADMIRÁVEL MUNDO NOVO*, DE
ALDOUS HUXLEY, E *1984*, DE GEORGE ORWELL**

Artigo científico apresentado como requisito à obtenção de grau de instrução acadêmica em curso de Letras – Língua portuguesa da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

Orientador: Prof. Dr. Wanderlan da Silva Alves

**Monteiro – PB
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B277b Barros, Thiago Augusto Queiroz.
Biopoder e biopolítica em Admirável Mundo Novo, de Aldous Huxley, e 1984, de George Orwell [manuscrito] / Thiago Augusto Queiroz Barros. - 2023.
31 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2023.
"Orientação : Prof. Dr. Wanderlan da Silva Alves , Coordenação do Curso de Letras - CCHE. "
1. Concepção de biopoder. 2. Concepção de biopolítica. 3. Totalitarismo. 4. Distopia. 5. Necropolítica . I. Título
21. ed. CDD 322

THIAGO AUGUSTO QUEIROZ BARROS

BIOPODER E BIOPOLÍTICA NOS ROMANCES *ADMIRÁVEL MUNDO NOVO*, DE ALDOUS HUXLEY, E *1984*, DE GEORGE ORWELL

Trabalho de conclusão de curso (Artigo) apresentado a coordenação do curso de graduação em Letras Português da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial a obtenção do título de Licenciado em Letras.

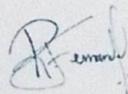
Área de concentração: Literatura.

Aprovado em: 15/09/2023

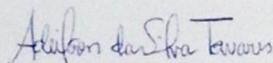
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Wanderlan da Silva Alves (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Rogério Fernandes dos Santos
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Adeilson da Silva Tavares
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Sumário

INTRODUÇÃO.....	7
1. PARA ENTENDER UTOPIA/DISTOPIA	9
2. ASPECTOS POLÍTICOS DA <i>BÍOS</i> : A MODERNIDADE E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO CORPO	12
3. PODER TOTALITÁRIO E VIOLÊNCIA NO SÉCULO XX	18
4. <i>CORPUS MORTIS</i> : O PODER ASSOCIADO À MORTE - ASPECTOS DA NECROPOLÍTICA	20
5. COMUNIDADE, IDENTIDADE, ESTABILIDADE – BEM-VINDO AO <i>ADMIRÁVEL MUNDO NOVO</i>	22
5.1 Poder e medo em <i>1984</i>	26
6. CONCLUSÃO.....	30
7. REFERÊNCIAS	31

RESUMO

Este artigo aborda a estrita conexão entre os conceitos de utopia, distopia, biopolítica e biopoder, implicando suas relações na configuração narrativa dos romances *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, e *1984*, de George Orwell. Discute-se a utopia como uma representação da sociedade ideal e a distopia como uma visão sombria do futuro. Em seguida, apresenta-se o conceito de biopolítica, mais precisamente as reflexões do filósofo francês Michel Foucault sobre a existência de políticas que envolvem práticas e estratégias de controle sobre a vida dos indivíduos. O biopoder, por sua vez, é trazido por Foucault como as relações de poder, vertical, que é empregado pelo estado sobre os corpos. Além disso, o presente trabalho associa os conceitos supracitados às reflexões do filósofo Achille Mbembe sobre a necropolítica, buscando compreender como um poder pautado na defesa da vida justifica a necessidade da existência de uma política da morte. O artigo contribui para a reflexão crítica sobre o papel do poder, das políticas e das ideologias na construção de sociedades ideais ou distópicas, bem como os impactos dessas dinâmicas na vida dos indivíduos, discutidos nas sociedades representadas nos dois romances.

Palavras-chave: biopoder, biopolítica, totalitarismo, distopia, Aldous Huxley, George Orwell, Hannah Arendt.

ABSTRACT

This article addresses the strict connection between the concepts of utopia, dystopia, biopolitics and biopower, implying their relationships in the narrative configuration of the novels *Brave New World*, by Aldous Huxley, and *1984*, by George Orwell. Utopia is discussed as a representation of the ideal society and dystopia as a dark vision of the future. Then, the concept of biopolitics is presented, more precisely the thinking of the French philosopher Michel Foucault on the existence of policies that involve practices and strategies of control over the individuals' lives. Biopower, in turn, is brought by Foucault as the power relations, vertical, which are employed by the state over bodies. In addition, the present work associates the aforementioned concepts with the Achille Mbembe's reflections on necropolitics, seeking to understand how a power based on the defense of life justifies the need for the existence of a death policy. The article contributes to a critical reflection on the role of power, policies and ideologies in the construction of ideal or dystopian societies, as well as the impacts of these dynamics on the lives of individuals, discussed in the societies represented in the two novels.

Keywords: biopower, biopolitics, totalitarianism, dystopia, Aldous Huxley, George Orwell, Hannah Arendt.

INTRODUÇÃO

A literatura distópica constitui-se num gênero que explora as possibilidades de um futuro sombrio, em que a sociedade é mantida sob o constante controle de um poder opressor e manipulador que limita a liberdade e a individualidade dos cidadãos. É no agitado século XX, marcado pelas tensões diplomáticas que culminaram em duas guerras mundiais e pelos avanços da ciência e da tecnologia, que faz crescer o medo e a insegurança sobre o futuro da humanidade, que tais ingredientes dão forma aos clássicos da literatura distópica, figurando nesse panteão, dentre outros, os romances *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury; *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley; e *1984* de George Orwell. Nesse contexto, o corpo humano é constantemente utilizado como um instrumento sobre o qual incide a violência, seja ela física ou psicológica, a fim de se alcançar a ordem e a conformidade.

Nesse sentido, a proposta deste trabalho é discutir as tensões de poder entre Estado e indivíduo tais como se apresentam nas narrativas dos romances *Admirável mundo novo* e *1984*. No centro dessas tensões estão a *bíosis*, a vida e o corpo, tomando por base, a esse respeito, as reflexões propostas por Michel Foucault sobre a biopolítica e o biopoder. Busca-se, também, descrever os efeitos da constante domesticação do corpo para se obter o domínio sobre a vida.

Além de Foucault, os postulados de outros autores como Hanna Arendt, (1991), Achille Mbembe, (2016) e Giorgio Agambem, (2002) fornecem a base teórica para a análise do tema em questão, as sociedades recriadas em *Admirável mundo novo* e em *1984*, que apresentam formas de dominação muito semelhantes, ambas duas são regidas pelo totalitarismo, nelas os cidadãos estão sob constante alienação e perderam a liberdade de expressão, os direitos estão suspensos e a individualidade é funesta. Nestas sociedades, o herói figura solitário tentando manter sua sanidade na busca incessante por formas de resistência.

Aristóteles, (2002), na obra *Metafísica*, argumenta sobre a necessidade individual do pleno conhecimento de si e do mundo como uma busca constante da humanidade. Para alcançar esse conhecimento em potencial, o homem utiliza-se de símbolos que lhe permitem criar em seu imaginário vivências e imagens que favoreçam o confronto da sua realidade cotidiana. Nesse sentido, a literatura afirma-se, então, como o lugar da realidade

possível a cada indivíduo, como o campo de criação e ressignificação dessa realidade particular. Dessa forma, a literatura estabelece um dos meios mais favoráveis à discussão de valores sociais e ao confronto de realidades por meio de experiências diversas, levando o leitor a pensar de maneira crítica a realidade social da comunidade na qual está inserido e agindo, por meio do desenvolvimento das suas competências sociocomunicativas, sobre o meio social. De acordo com Cândido, (1995), a necessidade do acesso à literatura está intimamente ligada ao equilíbrio social, visto que essa arte causa inquietações ao levantar problemáticas relacionadas com a vida social. Ainda segundo o autor, toda obra literária deveria trazer em si um elemento de humanização, tendo em vista que, por meio da crítica, pressupõe a superação do caos. Para o crítico, “esse processo de humanizar requer o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso de beleza, a percepção da complexidade do mundo” (Candido, 1995, p. 6). Nesse contexto, insere-se de maneira salutar a literatura distópica como via para a construção da crítica a valores culturais arraigados no seio da civilização, além dos avanços científicos, bem como as bases e os limites para esses avanços, o que pode levar a uma reflexão sobre os limites da ciência, para o bem da preservação da vida e da identidade humanas. Com o seu caráter crítico, obras literárias enquadradas no subgênero da distopia são sintomáticas de um futuro pessimista em relação às atitudes humanas tomadas em determinada época e que acabam por levar a civilização ao caos e a uma inversão dos valores sociais e morais que colaboram para a perda da identidade cultural e, por vezes, para a catástrofe (política, humana).

Para desenvolver tal proposta de discussão, o presente artigo está estruturado da seguinte maneira: na primeira parte é feita a retomada das origens dos conceitos de utopia e distopia; na segunda parte são apresentadas as considerações acerca da biopolítica e do biopoder, situando-os no tempo, segundo a precisa construção de Michel Foucault, na modernidade. Por meio do intercâmbio de ideias entre pensadores do século XX, é possível descortinar episódios da história humana, na tentativa não de promover qualquer acusação, mas, sim, de retomar a discussão acerca das relações entre cultura, poder e humanidade ou humanização. A terceira parte é destinada à discussão dos horrores praticados no totalitarismo, e nela é a grande contribuição das reflexões de Hanna Arendt a partir de suas considerações acerca da tortura sofrida pelos judeus nos campos de concentração nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Essa é a chave para se compreender as origens políticas de um poder nefasto e soberano que determina quem deve morrer e quem pode viver e as dissidências entre a vida e o agir político. Por fim,

procede-se à leitura crítica dos dois romances distópicos *Admirável mundo novo* e *1984*, em cujas histórias narradas são apresentadas sociedades totalitárias por vezes muito semelhantes a outras que existiram ou que ainda existem no mundo real, por meio da técnica de apresentação ficcional de fatos e acontecimentos constituídos a partir de um estreito laço entre sociedade, política e vida. Em *1984* a narrativa se apresenta a partir da perspectiva do herói Winston Smith, o protagonista da história narrada. O autor usa a terceira pessoa, mas de maneira limitada, para narrar os fatos, sentimentos e pensamentos de Winston, levando o leitor a acompanhar a sua jornada, desde a insatisfação com o regime totalitário até a sua tentativa de rebelião e posterior captura e tortura. Em *Admirável mundo novo*, o autor constrói a perspectiva por meio da visão de diversos personagens, utilizando-se, ainda, por vezes, da ironia para criticar o poder de opressão e alienação que instituições como o Estado exercem sobre os indivíduos.

1. PARA ENTENDER UTOPIA/DISTOPIA

Desde a Antiguidade, o homem tem buscado compreender a estrutura social de sua época através de diversas teorias. A literatura, nesse sentido, possibilita a colocação em debate de percepções diversas acerca do mundo ao seu redor. Isso a torna o campo ideal para o desenvolvimento da sátira a modelos culturais e para a construção de paradigmas mentais definidos. Isso porque o desejo por uma sociedade plena e sabiamente constituída é evidente no imaginário humano. Esse anseio pelo lugar ideal surge originalmente ligado à espiritualidade e à mitologia, como é o caso do Jardim do Éden descrito na Bíblia, que no judaísmo e no cristianismo, associa o paraíso à pureza da terra e do homem. Essa visão do paraíso como um lugar de pureza e perfeição tem sido uma constante ao longo dos tempos.

As tentativas de prever o futuro, tão antigas quanto a sociedade, marcam sempre o contraste de percepções de uma mesma realidade bem como a inconformidade com padrões sociais e de moral, no entanto essa é uma característica humana que tem por base o medo do futuro, medo do fim da raça humana. Essas premonições são uma maneira que a mente encontra para contornar esse medo.

Em trabalhos filosóficos de autores como Platão, Santo Agostinho, Aristóteles dentre outros, em obras como *A república* (Platão) e *A política* (Aristóteles), o confronto entre sociedade real e ideal faz a discussão sobre um modelo de comunidade pautada pela busca constante do bem comum e do pleno desenvolvimento. No livro *A política*, Platão

descreve o seu modelo de sociedade perfeita, na qual os reis seriam também filósofos, os quais teriam uma educação totalmente voltada para a arte de governar. Educados pelo Estado desde a infância, os reis seriam como bons pastores ocupados com o bem e a justiça do seu povo.

Durante a baixa Idade Média (1300–1500), as economias europeias entraram em declínio. Com a desestruturação do sistema feudal, o setor produtivo e as relações de trabalho passam por uma profunda transformação, esse renascimento comercial, que marca o início do capitalismo, traz consigo o surgimento da classe burguesa, a mudança de padrões sociais e o aumento das diferenças econômicas entre as classes. Com isso, surgiram fantasias de novas formas de civilização, inspiradas pelas narrativas de viagens e descobertas do Novo Mundo. Histórias de povos e civilizações distantes, organizados sob diferentes padrões políticos, ganham então forma no imaginário humano.

Um exemplo literário a esse respeito é *Utopia*, do pensador inglês Thomas Morus (1478–1535), construída em torno de uma prosa em que Morus e seu amigo Pedro Gil ouvem admirados, as narrativas do expedicionário Rafael Hitiodeu, sobre uma sociedade alternativa encontrada no Novo Mundo, a *ilha da Utopia*, que apresentaria cidades que se igualavam em tamanho e estrutura a instituições sociais bem definidas, tendo por fim último o progresso e o bem-estar de seus habitantes. Dentre suas bases econômicas estariam a abolição do direito de propriedade e a proibição do luxo desmedido. A obra está dividida em duas partes: na primeira, Rafael examina os sistemas políticos vigentes no continente europeu, apresentando o que há de bom e de ruim em cada um deles, condena o absolutismo, as guerras por expansionismo das fronteiras do príncipe, o açambarcamento e a desapropriação de terras para a criação de vastas pastagens para os animais, o que acaba privando o homem do cultivo do solo e concentrando o poder sobre um monopólio de avaros arrendatários; na segunda parte, Rafael descreve a ilha e o povo utopianos, seus costumes, sua formação, bem como a organização político-administrativa de suas cidades, com os sifograntes, que eram os chefes de cada uma das 54 cidades da ilha. Para os habitantes da ilha, o trabalho é um sumo bem, vedadas a ociosidade e a vida parasitária, sendo a agricultura um serviço essencial à produção de mantimentos aos habitantes das cidades, as quais enviam todos os anos elevado número de trabalhadores para lhe servirem de mão de obra. Sobre esse ponto, convém a transcrição de trecho da obra abordando as questões sociais e de estrutura em oposição à análise espacial:

Cada pai de família vai procurar no mercado aquilo de que tem necessidade para si e os seus. Retira o que precisa sem que seja exigido dele nem dinheiro nem troca. Jamais se recusa alguma coisa aos pais de família. A abundância sendo extrema, em todas as coisas, não se teme que alguém retire além de sua necessidade. (Morus, 2001, p. 55)

As ideias presente na obra movem o leitor em direção à aceitação desse lugar maravilhoso, entretanto, a atenção a alguns elementos induz o leitor à percepção de que os fatos narrados não passam de uma invenção. O próprio nome do narrador, *Hitiodeu*, que em grego quer dizer “mentiroso”, a capital da ilha de nome *Amaurota*, que significa “que se desfaz,” até mesmo o nome da ilha *Utopia*, em seu significado de “não lugar”, sugerem que tudo não passa de um mundo imaginado pelo autor. De acordo com Fredric Jameson (2003), um mundo idealizado ou utópico só seria possível mediante a erradicação de um mal social e, para Morus, a fonte desse mal seria o direito de propriedade, o qual, uma vez controlado, possibilitaria a liberdade entre os homens. Vê-se, então, a moral cristã que perpassa toda a obra e remete aos primórdios do cristianismo, quando era forte a relação de igualdade de bens.

A crítica literária atribui à obra *Utopia* o marco inaugural do gênero homônimo, no entanto, o termo utopia seria utilizado ao longo do tempo de modo diverso. Por vezes, sistemas políticos como o capitalismo e o comunismo utilizaram-se dessa “vaga” noção para referir-se ao que é inatingível e questionar as diferenças no sistema oposto. Cada um criou a sua própria interpretação da obra de Morus.

Em 1868, John Stuart Mill usou o termo “distopia” em um discurso no parlamento britânico para se referir a ações políticas consideradas distorcidas e criticá-las. A palavra formada pelo radical grego *topos* e o prefixo também de origem grega *dis*, formando um significado etimológico correspondente a lugar anormal. No entanto, o termo não deve ser entendido como o contrário de utopia, o que seria uma anti-utopia, pois, enquanto na utopia prevalece a idealização, o desejo que extrapola a realidade, na distopia prevalece o pessimismo, e seu mundo horrível é iminente, caso não sejam adotadas mudanças necessárias nas relações sociais, daí o intercâmbio entre obras distópicas e narrativas apocalípticas, destacando o seu caráter de premonição. Sobressaem-se nesse gênero, dentre outras, narrativas como *Admirável mundo novo* (Aldous Huxley), 1984 (George Orwell).

2. ASPECTOS POLÍTICOS DA *BÍOS*: A MODERNIDADE E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO CORPO

De acordo com Agamben (2007), os gregos utilizavam-se de duas expressões para referir-se ao termo vida, uma para designar a vida comum a todos os seres vivos, *zoé*, e o termo *bios*, que designava a vida particular, própria de cada ser. Assim sendo, o termo *bios* refere-se à vida qualificada pela existência do ser e seu pertencimento ao grupo do qual faz parte e que, portanto, serve para designar a vida social. Seguindo a máxima aristotélica de que o homem é um animal político, entende-se que o ser político não é um qualificador, mas, sim, aquilo que define a sua capacidade própria de viver em sociedade. É o poder da linguagem que permite ao homem a compreensão e diferenciação do que é justo e injusto, honesto e desonesto, em oposição ao que é prazeroso e doloroso, no convívio social. No entanto, “é no âmago do processo civilizatório em que se constituiu a modernidade que o homem será visto como animal em cuja política estará em jogo a sua qualidade de ser vivente” (Foucault *apud* Agamben, 2007, p. 13).

É unânime a aceitação, por parte da crítica, de que os conceitos de biopolítica e biopoder foram formulados e apresentados pela primeira vez pelo filósofo francês Michel Foucault, em sua obra *História da sexualidade I*. Foucault descortinou o horizonte biopolítico na sociedade moderna, a partir de uma estrutura da anátomo-política e sua construção no corpo social. É a partir de seus seminários ministrados no *Colège de France* que a noção de Estado-população passa a ser utilizada em oposição ao Estado-território. Esses conceitos são fundamentais para a compreensão das formas como o poder é exercido na sociedade contemporânea, especialmente no que diz respeito ao controle dos corpos e da vida. Segundo Foucault, é no surgimento do fenômeno da civilização moderna que a vida passou a entrar nos cálculos do Estado. A biopolítica pode ser definida por meio de elementos e ações políticas que afetam diretamente a *bíos* e a estrita correlação entre o agir político e a vida. A biopolítica refere-se, assim, à forma como o poder é exercido sobre a vida dos indivíduos, enquanto que o biopoder trata do controle que é exercido sobre os corpos dos indivíduos.

Essa forma de poder (biopolítica) é percebida, por exemplo, na constante preocupação com a saúde e a vida das populações, especialmente no que diz respeito às políticas públicas que agem direta ou indiretamente sobre a vida, que atuam desde a gestão dos nascimentos e mortes, até o controle da saúde pública, da alimentação e do meio ambiente. Esse poder sobre a vida não é exercido apenas pelo uso da força. Foucault

destaca a relação entre poder e conhecimento, que cria formas de saber-poder utilizados para controlar e regular a vida das pessoas de maneira cada vez mais eficiente, inclusive, no avanço e no uso das ciências no controle da vida e acesso ao conhecimento e informação. Desenvolve-se uma ampla e complexa rede de poder, que atua de maneira sutil, permitindo ao Estado atuar sobre a vida em todos os seus segmentos, de maneira direta ou indireta.

Convém aqui destacar, sobremaneira, o momento da grande pandemia causada pelo vírus Sars-cov 2, a qual enfatizou os conceitos de biopolítica e biopoder, servindo de exemplo do que fora aqui apresentado. Viram-se nesse momento assustador governos de todo o mundo investindo grandes quantias na elaboração de vacinas e adotando medidas de isolamento para conter a propagação do vírus, bem como decretando o uso obrigatório de máscaras e a quarentena para o tratamento de pessoas infectadas. Todas essas medidas constituem exemplo de biopolítica, visto terem como objetivo a proteção da saúde e da vida das populações. Ao mesmo tempo, essas medidas servem de exemplo de biopoder, uma vez que permitem o controle dos corpos dos indivíduos, através da imposição de normas e restrições. Assim, a anatomia política revela a forma como o poder penetra nos corpos e nos comportamentos dos indivíduos, moldando a vida social e produzindo uma forma de subjetividade que se adapta às normas sociais. Foucault mostra como essas técnicas de disciplina e controle não são apenas repressivas, mas também produtivas, pois criam formas de subjetividade que se adaptam às normas sociais e perpetuam o poder estabelecido.

A análise da anatomia política é fundamental para a compreensão das formas de poder que moldam a vida social e para a construção de formas de resistência e transformação social que possam desafiar essas formas de controle e subjugação. Foucault mostra como o poder não é algo que possa ser abolido, mas que deve ser constantemente questionado e transformado. Em suma, a biopolítica e o biopoder são conceitos fundamentais para a compreensão das formas como o poder é exercido na sociedade contemporânea, como se formam e em quais segmentos atuam, bem como sua intensidade em grupos e épocas distintas. Esses conceitos mostram que o poder está presente em todas as esferas da vida social, exercendo um controle cada vez mais preciso e eficiente sobre as mentes e os corpos dos indivíduos. A compreensão desses conceitos é fundamental para a reflexão crítica sobre as formas de poder presentes na sociedade, e a construção de formas de resistência a essas formas de controle e a transformação social.

Foucault lança, ainda, a discussão sobre o processo de domesticação dos corpos.

Segundo o pensador francês, esse fenômeno ocorreu em sincronia com a segunda Revolução Industrial e o fim do Absolutismo. Este último tinha a morte como centralidade em oposição à biopolítica, que dá a vida a posição de destaque. Em *Vigiar e punir*, o autor tece considerações sobre a construção da justiça moderna e a nova justificação do direito de punir, apresentando em sua discussão os caminhos que levaram a justiça moderna à adoção de penas menos diretamente físicas, passando à arte dos direitos suspensos e fazendo, assim, com que o corpo passe do papel de agente passivo da punição ao de mero mediador do elemento punitivo.

No decorrer da História, várias correntes de pensamento filosófico tomaram o corpo como base de estudo, a exemplo do dualismo cartesiano que trata o indivíduo como a combinação de duas substâncias irreduzíveis uma à outra, quais sejam, o corpo e a mente. Para René Descartes, a dicotomia corpo-mente utiliza o argumento da dúvida para questionar a existência do corpo e do próprio mundo exterior, este sendo, por natureza, mecânico, divisível e controlável. No entanto, a substância mente é, por sua vez, indivisível, inquestionável e livre, sendo o ato do pensamento a maior prova da sua existência. Essa corrente filosófica, embora de grande influência no pensamento moderno, encontrou problemas empíricos como, por exemplo, explicar como a mente e o corpo podem relacionar-se entre si sendo elementos de natureza tão distinta. Algo do dualismo cartesiano, contudo, prevalece como fundo inegável: o corpo constantemente afetado pela mente por meio de sensações e emoções que o influenciam.

Outras correntes do pensamento, tais como o fisicisismo, formularam teorias acerca da construção do corpo nas esferas social, política e antropológica. Na tentativa de explicar o fenômeno fisiológico da substância física, cada corrente trouxe, a seu tempo, uma contribuição para as questões sócio-filosóficas, até os anos 1920, quando surgem os primeiros vislumbres de uma corrente de pensamento que trata o corpo como organismo sócio-político constantemente envolvido em jogos de poder em um universo biopolítico.

De acordo com Pecoraro (2001), embora a crítica tenda a atribuir ao filósofo Michel Foucault a paternidade do conceito de biopolítica, outros autores antes dele ocuparam-se do estudo da política e da *bíos* e sua estrita correlação, bem como as implicações que cada uma tem em relação à outra. Necessário será aqui um breve percurso histórico sobre a consolidação da biopolítica, situando-a no tempo e no contexto histórico a partir de seu surgimento em meados dos anos 1920, como já mencionado.

É na modernidade que se insere o agir político pautado pela vida. Pode-se questionar aqui o motivo pelo qual a biopolítica é situada no processo civilizatório a partir

da modernidade. Não por acaso, essa fase histórica marcada pelo Iluminismo e a superioridade da razão e por revoluções sociais também traz consigo o fim do Absolutismo, no qual a centralidade atribuída à vontade do soberano vai sendo aos poucos obliterada, e o foco passa a ser a vida e tudo aquilo que verse sobre ela. O corpo não mais será visto como criação divina, e sim como objeto de intervenção e transformação. Isso posto, infere-se que a origem da biopolítica surge da necessidade de uma nova linguagem conceitual em relação a um novo arcabouço político. A relação entre política e vida era mediada por relações de soberania, marcada pela influência da razão e da mente, mas aos poucos será obliterada por um posicionamento cada vez mais estreito no relacionamento do agir político e da *bíos*. A política configurar-se-á, então, de acordo com padrões de cunho médico-biológicos.

Não será exagero afirmar que as faíscas dessa nova linguagem conceitual remetem à Alemanha dos anos 1920, mais precisamente aos trabalhos de Eberhard Dennert e Eduard Hahn, de claro cunho vitalista. Entretanto, a voz mais influente desse período talvez seja a do filósofo sueco Rudolf Kjellén em sua obra *O estado como forma de vida*, na qual se percebe uma estrita conexão entre os termos biopolítica e geopolítica, defendendo-se uma visão rigorosamente organicista que concebe o Estado como um corpo vivo que tem impulsos, vontade de potência, distanciando-se das teorias liberais que tratam o Estado como um produto criado a partir de acordos livre e conscientemente constituídos. Outra obra de grande importância nesse contexto histórico é *Staatsbiologie*, do autor Jacob Von Uexkell. Segundo Pecoraro (2012, p. 532-536): “As ideias que em Kjellen situavam-se ainda em um âmbito cultural-teórico encontram na obra do barão Uexkell um verdadeiro manifesto do Estado-corpo, e da sua configuração biológica-anatômica, fisiologia, patologia.” Nessa obra a justificativa dada à patologia na teoria do Estado-corpo é, sem dúvida, o elemento de maior relevância das suas ideias.

Em 1938, na obra *Biopolitics*, do inglês Morley Roberts, a questão patológica do Estado-corpo é reafirmada, mantida a estrita correlação entre biologia, sociedade e política na construção da sua teoria biopolítica. Uma deriva antropológico-humanista nos estudos biopolíticos emerge na França dos anos 1960. No entanto, os trabalhos dessa época (aqui destaca-se *A biopolítica*, de Aaron Starobinski) distanciam-se do elemento biológico-político e carecem de argumentos coerentes, limitando-se apenas a questões de natureza existenciais do homem e da natureza, como afirma Pecoraro:

Nessa fase o problemático nexos entre biologia e política é deixado de

lado, em prol de uma visão que situa os âmbitos biopolíticos da vida em um conjunto sociocultural amplo e diversificado de natureza “antropolítica” ou “ontopolítica” que diz respeito ao sentido da vida e ao ser do homem. (Pecoraro, 2012, p. 535)

É importante destacar uma terceira abordagem biopolítica que surgiu no mundo anglo-saxão, considerada naturalista e com foco na política e na natureza, sendo esta última o ponto de partida de toda a ordem política. Se é correto afirmar que a saúde de um organismo vivo consiste na detecção e controle de agentes patológicos, então a saúde do Estado-corpo deve seguir critérios semelhantes. O Estado deve ser visto como um organismo vivo complexo que requer cuidados com a saúde de seus tecidos e órgãos. Para garantir a saúde dos órgãos vitais, são necessárias ações político-imunológicas constantes, de caráter racial. Tal concepção, no entanto, acarretaria inúmeras consequências para a vida política e social.

Se é correto afirmar que a saúde de um organismo vivo consiste na detecção e mapeamento de agentes patológicos que possam causar doenças e até mesmo tirar-lhe a vida, então a saúde do Estado-corpo deve obedecer a critérios de mesma ordem, tomando-o como um organismo vivo de natureza complexa que requer cuidados com a saúde de tecidos e órgãos e deve receber, para tanto, ações de caráter político-imunológico que garantam sua vitalidade.

Como mencionado anteriormente, é a partir da *História da sexualidade* e de cursos menores ministrados a partir da década de 1970 que Foucault reconstrói e amplia os horizontes da discussão biopolítica, apresentando os seus aspectos históricos e raízes desde a modernidade, bem como o desenvolvimento e contextualização de novos conceitos que fomentam as discussões sobre o tema. Em seu curso intitulado *Em defesa da sociedade*, ministrado em 1976 no *Collège de France*, ele introduz o conceito de racismo de Estado como mecanismo que viabiliza o exercício do biopoder estatal. Para além da antiga ordem soberana, na qual a centralidade era atribuída à morte, ao poder de “fazer morrer”, a biopolítica justifica-se pela centralidade dada à vida, ao “fazer viver”, que implica garantir uma vida com qualidade por meio de ações que atuam sobre natalidade, saneamento básico, lazer, habitação dentre outras questões ligada às massas sociais, culminando no advento do fenômeno da população, que se ocupa da vida biológica dos seres humanos enquanto organismos vivos e na preocupação com os meios de existência que lhe são conferidos. De acordo com Foucault, “[...] biopoder e biopolítica lidam com a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...]” (Foucault, 1999,

p.293 *apud* Pecoraro, 2012, p. 537).

Foucault não só introduz um novo conceito ao tratar do racismo de Estado, mas também traça as suas origens e justifica a sua existência com base no antigo direito soberano de matar e também no antigo princípio do poder soberano que o autor chama de “relação guerreira”, definindo que, para que uma espécie viva é preciso que a outra morra. O filósofo vai além e afirma que, na guerra de raças, aquela “outra raça” não é fruto de um elemento externo que chega e busca dominar território, e sim oriunda da fragmentação do corpo social em sub-raças, a qual acabará por estabelecer uma oposição binária entre elas. Esse confronto social é utilizado como justificativa para a eliminação ou subordinação política das raças consideradas inferiores e que enfraquecem o corpo social, explica o filósofo.

Foucault mostra como o racismo de Estado está ligado à formação dos Estados modernos, que se caracterizam por uma intervenção cada vez maior sobre a vida dos indivíduos e dos grupos, por meio do emprego de técnicas disciplinares e reguladoras. O Estado moderno se apresenta como o responsável pelas ações garantidoras da saúde, segurança e do bem-estar da população, no entanto, configura-se também como aquele que detém o poder de decidir quem deve viver e quem deve morrer. O racismo-social é, portanto, o instrumento jurídico estatal que lhe confere um poder que atua em duas faces opostas, a saber, a vida e a morte:

Através da fragmentação do *continuum biológico* é que será possível falar de raças distintas e hierarquizá-las. Assim, as raças inferiores deverão sofrer com intervenções minuciosas para alcançar o objetivo maior de preservar a raça superior. Quanto mais tendam a desaparecer as espécies inferiores, mais viverei, mais forte e vigoroso serei e mais poderei proliferar (FOUCAULT, 1997, p. 228 *apud* BARROS, 2018).

O instrumento do racismo social baseia-se em discursos científicos, como a medicina, a antropologia, a biologia e a eugenia, que pretendem classificar as raças humanas com base nas suas características hereditárias de saúde, inteligência, moralidade, etc. Esses discursos produzem uma série de estereótipos e preconceitos sobre os grupos considerados inferiores, como os imigrantes, os pobres, os homossexuais e aqueles que apresentam transtornos neurológicos: “A biopolítica é, portanto, o conjunto de mecanismos e procedimentos tecnológicos (saber-poder) que tem como intuito manter e ampliar uma relação de dominação da população” (Foucault, 1979, p. 431).

No horizonte da cultura contemporânea, Foucault observa, principalmente no

intenso século XX, exemplos da estigmatização social por parte de poderes políticos caracterizados pelo uso da força, ao passo que chama a atenção para formas cada vez mais sutis e dissimuladas de racismo de Estado em sociedades constituídas de maneira democrática, onde segmentos específicos da população sofrem com a discriminação e a violência, e propõe então uma crítica radical ao racismo que vá além da denúncia de seus excessos ou abusos, questionando também sua lógica e seus pressupostos e sugerindo que se faça uma investigação genealógica do poder que revele as relações históricas e políticas que sustentam a segregação social, pois só assim é que poderá tomar-se a singularidade e ao mesmo tempo equivalência de grupos sociais. Dessa forma, a noção de necropolítica ampliaria e radicalizaria a de biopolítica, demonstrando que o poder não apenas controla a vida, mas também decide quem vive e quem morre. A necropolítica é, pois, o poder de matar ou deixar viver, de criar zonas de estigmatização onde os direitos humanos estão suspensos e a violência é legitimada.

Por operarem com base na lógica da diferença e da desigualdade, o racismo de Estado e a necropolítica estão intimamente relacionados. No entanto, pode-se afirmar que o racismo de Estado cria as condições para que a necropolítica se efetive, pois é ele quem define quem são os inimigos, os indesejáveis, aqueles considerados sub-humanos. Assim, o racismo de Estado e a necropolítica alimentam-se um do outro, pois quanto mais mortes são produzidas, mais o racismo se intensifica e mais a necropolítica se expande.

3. PODER TOTALITÁRIO E VIOLÊNCIA NO SÉCULO XX

O século XX foi marcado por diversas tragédias que deixaram cicatrizes profundas na história da humanidade. Uma dessas diz respeito ao poder totalitário e à violência utilizada pelos regimes autoritários que se consolidaram nessa época. O totalitarismo, enquanto regime político, caracteriza-se pela centralização do poder político em um único partido ou liderança, bem como pela imposição de um pensamento único que reprime, veementemente, qualquer forma de oposição.

Os regimes totalitários que surgiram no século XX apresentaram-se como soluções para a crise política e econômica que assolava o mundo e que culminou em grandes guerras mundiais. Entretanto, esses regimes acabaram se revelando verdadeiras máquinas de opressão, violência e terror. Hitler na Alemanha, Mussolini na Itália, Stalin na União Soviética, entre outros, foram líderes que governaram com mãos de ferro e se destacaram pela implantação de políticas autoritárias e por seus discursos inflamados

contra grupos sociais, como o antissemitismo nazista contra os judeus. O emprego da violência por meio de práticas desumanas foi uma característica comum a todos esses regimes. A perseguição política, a tortura, os campos de concentração, as execuções sumárias e as guerras foram algumas das várias formas utilizadas por esses poderes a fim de manter o controle sobre a população.

Essa violência é justificada por uma retórica de defesa da nação, proteção contra inimigos internos e externos, bem como por uma suposta superioridade racial, cultural e ideológica. Assim, esses regimes exerceram um poder absolutista que assumiu um controle total da vida dos indivíduos. Por meio de amplos aparatos político e policial, sociedades foram controladas e rigorosamente vigiadas, cerceando a liberdade tanto individual quanto coletiva. A propaganda, a censura e a disseminação das ideologias do partido dominante foram ferramentas utilizadas por esses regimes a fim de exercer controle psicológico sobre as populações. Um ponto importante a ser destacado nesse sentido refere-se aos avanços da ciência no início do século XX, principalmente no campo da psicologia, utilizados para canalizar impulsos e direcioná-los para o controle da mente tornando os indivíduos súditos e, por vezes, ingenuamente felizes com a sua servidão.

Em contraposição aos regimes totalitários, surgiram movimentos e organizações que lutaram em defesa da liberdade e dos direitos humanos. A resistência aos sistemas totalitários foi marcada pela coragem e pelo sacrifício de indivíduos e grupos que lutaram contra a opressão e a violência, de modo que esses movimentos de resistência social à tirania foram verdadeiros arautos da paz, denunciando a barbárie dos tempos e servindo de ponto de esperança e anseio por um mundo mais justo e livre. Sobre o tema em questão, destacam-se, sobremaneira, os trabalhos da filósofa alemã Hanna Arendt (1906-1975). Em *Origens do totalitarismo*, Arendt analisa as raízes desse regime político e mostra de que maneira ele se diferencia de outras formas de governo autoritário, salientando que esse poder é caracterizado pela manipulação da verdade através do uso massivo da propaganda. A autora eleva os termos poder e violência a uma desigualdade irreconciliável. Nesse contexto, o poder representa as possibilidades positivas do agir político; e a violência, por sua vez, é caracterizada por desvios desse agir político resultantes da dominação política. Segundo Hanna Arendt:

[...] o poder é, de fato, essencial a todas as formas de estado, inclusive a todos os tipos de grupos organizados, ao passo que a violência não é. A violência é instrumental por natureza; assim como todos os meios e instrumentos, requer um fim, que orienta e justifica seu uso. [...] A violência brutal ocorre quando se perde o poder (Arendt, 2009, p. 200).

Dentro do pensamento foucaultiano, é possível perceber uma linha de investigação a respeito de poderes que se exercem de maneira autoritária com grande similaridade, que se relaciona com as reflexões propostas pela filósofa alemã. O verdadeiro contributo do investigador francês está no alcance de suas ideias, ao afirmar que a violência não é apenas física, mas também simbólica, e está presente nas instituições e nas relações de poder. Em *Vigiar e punir*, Foucault destaca a importância da disciplina como mecanismo de controle social. Para ele, a disciplina não é apenas exercida pelo Estado, mas também pelas instituições sociais, tais como as escolas, os hospitais, os presídios, dentre outros, gerando uma rede de vigilância que permeia a sociedade.

As contribuições de Hanna Arendt e Michel Foucault sobre os poderes totalitários e a violência no século XX são fundamentais para que se possam compreender as raízes históricas do totalitarismo e da violência como forma de controle social nas sociedades modernas. Para Arendt, é preciso estar atento aos sinais do totalitarismo e resistir a ele, enquanto, para Foucault, é preciso questionar as estruturas e formas de exercício do poder e buscar formas alternativas de organização social.

4. *CORPUS MORTIS*: O PODER ASSOCIADO À MORTE - ASPECTOS DA NECROPOLÍTICA

A história moderna é marcada por extermínios, massacres e regimes totalitários, validados por discursos políticos em cada momento. Diante disso, os Estados do período pós-moderno, através de seus discursos utilizados para validar políticas de segurança – como o uso da força – acabam reforçando alguns estereótipos, segregações, inimizades e até mesmo o extermínio de determinados grupos sociais. É nesse contexto que o filósofo camaronês Achille Mbembe lança nas discussões sobre o exercício do poder o termo necropolítica, levantando questões importantes ligadas à estatização da vida, como, por exemplo, o fato de o Estado ter ou não uma “licença para matar” em prol de um discurso de ordem.

Achille Mbembe traz a experiência da luta de raças, mais especificamente da luta dos negros, bem como a visão do colonizador e do colonizado no contexto africano. No ensaio *Necropolítica*, publicado aqui no Brasil em 2015, o autor argumenta sobre o fato de a expressão máxima da soberania consistir no poder e na capacidade de se escolher quem pode viver e quem deve morrer, inserindo, assim, um questionamento acerca dos

limites da soberania por parte do Estado.

Mbembe bebe nas teorias foucaultianas, mais especificamente a partir do ensaio daquele autor intitulado *Em defesa da sociedade*, em que o francês apresenta o racismo de Estado como ferramenta da biopolítica, entre o poder de “fazer viver e deixar morrer”. E racismo de Estado determinaria as condições de aceitabilidade para quem vive e morre. Como estudioso da escravidão negra e da descolonização, ele relaciona o discurso do poder de Foucault com o racismo de Estado presente nas sociedades contemporâneas, que fortalece políticas de morte (necropolítica). Com isso ele foi além do proposto por pelo filósofo francês, ao mostrar como o biopoder é insuficiente quando se busca a compreensão das relações de inimizade e perseguições em sociedades contemporâneas, “[...] pois há uma necropolítica em curso para produzir os mundos de morte” (MBEMBE, 2015).

A proposta de Mbembe, ao propor o termo necropolítica, é, portanto, demonstrar as várias formas pelas quais, no mundo contemporâneo, existem estruturas com o objetivo de provocar a destruição de alguns grupos sociais. Essas estruturas são formas de vida sujeitas ao poder da morte e seus respectivos “mundos de morte” – formas de existência social nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes confere um status de “mortos-vivos.” Para Mbembe, cabe ao Estado estabelecer o limite entre os direitos, a violência e a morte, porém, ao invés disso, os Estados utilizam seu poder e discurso para criar zonas de morte, e essas mortes estão, frequentemente, associadas a fatores como raça, gênero, sexualidade, religião e classe social. O filósofo levanta alguns exemplos modernos como a Palestina, alguns locais do continente africano e Kosovo. Nessas zonas, a morte se torna o último exercício de dominação. Assim sendo, diante desse contexto, a necropolítica é uma forma de controle estrutural que sufoca e a humanidade, o *corpus mortis* é uma ferramenta que pode ser utilizada para perpetuar a morte, a violência e a desigualdade. Além disso, as disparidades socioeconômicas e raciais são evidentes em muitos países. De acordo com Lima (2018, p. 26), “necropolítica é uma tela que permite projetar realidades de sociedades contemporâneas, especialmente aquelas com traços de colonização assim como o Brasil.”

O Brasil apresenta um histórico de desigualdade e violência que inclui a escravidão, o genocídio indígena, a ditadura militar e o aumento das desigualdades sociais, em que a necropolítica pode ser vista nos altos níveis da mortalidade infantil, na violência policial nas favelas e no aumento de homicídios contra a população negra:

O poder necropolítico opera por um gênero de reversão entre vida e morte, como se a vida não fosse o médium da morte. Procura sempre abolir as distinções entre os meios e os fins. Daí a sua indiferença aos sinais objetivos de crueldade. Aos seus olhos, o crime é parte fundamental da revelação, e a morte de seus inimigos, em princípio não possui qualquer simbolismo. Este tipo de morte nada tem de trágico e, por isso, o poder necropolítico pode multiplicá-lo infinitamente, quer em pequenas doses (o mundo celular e molecular), quer por surtos espasmódicos – a estratégia dos pequenos massacres do dia-a-dia, segundo uma implacável lógica de separação, de estrangulamento, como se pode ver em todos os teatros contemporâneos do terror e do contra-terror (Mbembe, 2017 *apud* Lima, 2018, p.26).

5. COMUNIDADE, IDENTIDADE, ESTABILIDADE – BEM-VINDO AO ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

Admirável mundo novo é um romance escrito pelo inglês Aldous Huxley, publicado em 1932, que narra uma sociedade futurista ambientada no ano de 2600 d.C. então denominado de 632 d. F (depois de Ford). O agitado período entre guerras em meados do século XX é também marcado por avanços no campo das ciências e da indústria, o capitalismo cria modelos de produção com a finalidade de acelerar o processo produtivo e diminuir os custos, aumentando assim o consumo e o lucro. Tais modelos, como o taylorismo e o fordismo, foram duramente criticados pelas Ciências Sociais, devido ao seu caráter de mecanização do trabalho humano. Para tais modelos o operário não precisaria ter o conhecimento de todos os elementos envolvidos no processo produtivo, devendo aperfeiçoar-se em uma única tarefa. O modelo de produção criado por Henry Ford (1863-1947) era baseado em estações produtivas que fragmentavam todo o processo ao passo que permitia a produção em larga escala, por meio desse modelo, Ford revolucionou a indústria automobilística vendendo milhares de unidades do famoso modelo T a um custo acessível, aumentando assim os lucros. O modelo Fordista foi considerado como um avanço no campo industrial e foi empregado na produção de diversos segmentos à época, desde chocolates a produtos cosméticos, fazendo com que Ford fosse considerado como precursor da indústria moderna.

A criação do primeiro modelo T de Ford (1910) é escolhida por Huxley para representar o início da civilização moderna retratada na narrativa, e Ford é tomado como o pai da nova era. No relato, o mundo se divide em dez regiões administrativas e a reprodução dos seres humanos é feita em grandes centros de fecundação controlados pelo Estado, divididos por castas. Os indivíduos são criados às vintenas, de acordo com o revolucionário método bokanovsky, o qual permite a divisão de um ovo em até noventa

e seis embriões, que serão mais tarde noventa e seis seres humanos em fase adulta. Os dois bilhões de habitantes relatados em *Admirável mundo novo* são divididos por castas com traços distintivos manipulados pela engenharia genética.

Nessa sociedade, a alienação é constante. A literatura, a música e até mesmo o cinema são criados de maneira sintética e servem para manipular os indivíduos e exaltar os avanços da tecnologia, a produção em série e a uniformidade. A divisa planetária do Estado mundial, “comunidade, identidade, estabilidade”, sustenta a estratificação social. Os indivíduos são divididos em castas: alfas, betas, gamas, deltas e ípsilons, todos predestinados e condicionados de acordo com as necessidades laborais da sociedade. Isso cria servos conformados com sua própria servidão. Portanto, nessa sociedade, a individualidade é suprimida em favor da conformidade e do controle social.

As castas superiores nessa sociedade são os Alfas e os Betas, que são condicionados desde o estágio embrionário para assumirem os postos mais elevados da hierarquia social. Após a fecundação, os embriões são transferidos para incubadoras, onde são mantidos até serem colocados em bocais. Esses indivíduos são criados para serem líderes e ocuparem posições de destaque na sociedade, enquanto as outras castas são condicionadas para desempenharem funções mais simples e subalternas. Já as castas inferiores, Deltas, Gammas e Ípsilons, são submetidas ao método Bokanovsky. Esse processo envolve a interrupção do desenvolvimento normal do ovo, fazendo com que ele germine e crie múltiplos gêmeos a partir de um único ovo. Essas castas são destinadas a desempenhar trabalhos gerais que não exigem inteligência. O método Bokanovsky é usado para produzir em massa indivíduos idênticos para ocupar posições inferiores na hierarquia social.

Huxley introduz o relato narrando a visita de jovens estudantes ao centro de incubação e condicionamento de Londres central. À medida que os jovens avançam, acompanhados pelo diretor do centro, o leitor é convidado a conhecer as instalações de uma grande indústria genética, (desde as salas de fecundação aos centros de condicionamento neopavlovianos). O autor satiriza os avanços da ciência e da indústria que afetam diretamente a vida humana. Por exemplo, a sociedade descrita no livro é capaz de produzir seres humanos em massa através de técnicas de fertilização *in vitro* e condicionamento hipnopédico. Esses avanços permitem o controle total do Estado sobre a população, eliminando a individualidade e a liberdade. Outro exemplo é o uso da droga “soma” para manter a população feliz e conformada, impedindo qualquer forma de rebelião ou questionamento. Esses exemplos ilustram como o autor constrói uma crítica

aos avanços da ciência que, embora possam trazer benefícios, também podem ter consequências negativas para a humanidade.

Na narrativa, quando os jovens estudantes, acompanhados pelo diretor do centro, saem ao jardim, eles se deparam com mais de setecentas crianças no horário de recreação. Nesse momento, as crianças são condicionadas à sexualidade por meio de jogos eróticos. Mustafá Mond, um dos dez administradores mundiais, aparece e se junta ao diálogo. Ele explica como foi necessário sublimar o passado e desprezar tudo que conduzia ao caos em nome da ordem e da estabilidade mundiais. Essa cena ilustra como a sociedade descrita no livro valoriza a ordem e a estabilidade acima de tudo, mesmo que isso signifique suprimir a individualidade e a liberdade. No entanto, isso leva a uma sociedade desumanizada e opressiva, onde os indivíduos são meros peões nas mãos do Estado.

A vida familiar é considerada como uma fonte de desvios psíquicos e uma ameaça à estabilidade mundial. Por isso, todas as formas de sentimento e individualidade são subjogadas. Essa visão é compartilhada por regimes autoritários, que buscam controlar todos os aspectos da vida dos indivíduos para manter o poder. As palavras de Mustafá Mond encerram profundo sentido:

A máquina gira, gira, e deve continuar girando – para sempre. Seria a morte se ela parasse. Havia um bilhão raspando a crosta da Terra. As engrenagens começaram a girar. Ao cabo de cento e cinquenta anos, eram dois bilhões. Cessar de todas as engrenagens. Decorridas cento e cinquenta semanas, havia, novamente, apenas um bilhão. Milhões de homens e mulheres morreram de fome (Huxley, 2014, p. 67).

Há, então, a necessidade de se atingir a estabilidade socioeconômica. No entanto, essa estabilidade não é alcançada sem luta. É necessária a eliminação daqueles que se opõem a ela, como relata o administrador Mundial Mustafá Mond. É importante refletir sobre os meios utilizados para alcançar a estabilidade socioeconômica e se eles são justos e éticos:

O ruído de quatorze mil aviões avançando em formação de batalha. Mas, no Kurfurstendamm e na Oitava Circunscrição de Paris, a explosão das bombas de antraz fez apenas um pouco mais de barulho que o estouro de um saco de papel (Huxley, 2014, p. 70).

Mustafá Mond narra aos jovens estudantes como os reformadores enfrentaram resistências às mudanças e como usaram da violência para exercer o controle. No entanto, eles percebem que a violência era inferior diante de meios de controle mental. Essa abordagem pode ser analisada à luz das considerações de Michel Foucault e Hannah

Arendt sobre violência e poder. Foucault argumenta que o poder não é algo que se possa possuir, mas sim algo que se exerce através de relações sociais. Ele afirma que o poder não é apenas repressivo, mas também produtivo, pois é capaz de moldar a subjetividade dos indivíduos através de técnicas de disciplina e controle. Nesse sentido, o uso de meios de controle mental pode ser visto como uma forma mais eficaz de exercer o poder do que a violência direta. Arendt, por sua vez, distingue entre violência e poder. Ela argumenta que a violência é um instrumento para alcançar um fim, enquanto o poder é a capacidade de agir em conjunto para alcançar um objetivo comum. Segundo Arendt, a violência pode destruir o poder, mas não pode criá-lo. Portanto, o uso da violência para exercer o controle pode ser visto como um sinal de fraqueza do poder.

Assim, a narrativa de Mustafá Mond sobre a transição da violência para meios de controle mental pode ser interpretada como uma mudança na forma como o poder é exercido na sociedade descrita no livro. Em vez de recorrer à violência direta, os reformadores optaram por técnicas mais sutis e eficazes de controle social, como descrito no trecho abaixo:

– No fim – disse Mustafá – os Administradores compreenderam a ineficácia da violência. Os métodos mais lentos, porém, infinitamente mais seguros, da ectogênese, do condicionamento neopavloviano e da hipnopédia ... (Huxley, 2014, p. 76).

Em *Admirável Mundo Novo*, todas as manifestações de sentimentos são suprimidas desde a infância. Paixões, amores e até mesmo raiva e ansiedade são controlados pelo uso constante da “soma”, uma droga psicoativa que mantém o indivíduo em um estado de felicidade. A “soma” é descrita como tendo os efeitos combinados do álcool e da religião, proporcionando alívio temporário das tensões e preocupações da vida. Essa droga é usada pelo Estado para manter a população conformada e impedir qualquer forma de rebelião ou questionamento. Portanto, na sociedade descrita no livro, os sentimentos são vistos como uma ameaça à ordem e à estabilidade, e são suprimidos por meio do controle químico.

Essa é uma característica recorrente em regimes autoritários, em que a liberdade econômica e de expressão é reprimida, enquanto a liberdade sexual é fomentada em troca. Em *Admirável Mundo Novo*, aqueles que não se adaptam ao sistema são considerados hereges e inadaptados, passíveis de punição pela doutrina do Estado. Um exemplo disso é o personagem Bernard Marx, um psicólogo do centro de Londres que, por expressar seus sentimentos, torna-se alvo de críticas e é enviado como castigo para um centro menor

na Sibéria. Essa abordagem ilustra como a sociedade descrita no livro valoriza a conformidade acima da individualidade e usa a repressão para manter o controle sobre a população.

Ainda no romance, o personagem John (o selvagem), nascido por meio de reprodução vivípara, é criado por sua mãe, Linda, uma beta que fora condicionada para a vida moderna. Durante uma viagem a uma reserva indígena, ela se perde e passa a viver em meio aos nativos, sob os costumes do seu condicionamento. Seu filho tem uma educação mista, criado em um ambiente natural por uma mãe condicionada. Quando Linda é levada para o novo mundo por Bernard, ela acaba entrando em um profundo coma até seus últimos dias. Enquanto isso, John é levado a uma vida isolada até a loucura total. Esses personagens ilustram como a sociedade representada no livro é incapaz de lidar com aqueles que não se encaixam em seus padrões rígidos de conformidade. Linda e John são vistos como ameaças à ordem e à estabilidade, e são tratados com indiferença e crueldade. Essa abordagem revela a desumanização e a opressão presentes nessa sociedade.

Huxley questiona se é possível manter a sanidade mental em uma sociedade totalitária, onde não é permitida nenhuma expressão religiosa ou forma de afeto. Neste mundo, todas as formas de religião são substituídas pelo Dia de Ford e pelas cerimônias de solidariedade e cantos comunitários. Essa substituição levanta questões sobre a natureza humana e a necessidade de conexão espiritual e emocional em um mundo onde tudo é controlado e padronizado, como na seguinte estrofe:

Nós somos doze, ó Ford; em tuas mãos reunidos
Como as gotas que caem no Rio Social;
Ah! Faz com que corramos destemidos
Como teu calhambeque sem rival! (Huxley, 2014, p. 106)

Huxley apresenta uma sociedade distópica onde a violência psicológica é constante e sutil. Através do condicionamento, os indivíduos são expostos a mensagens hipnópédicas (ensino durante o sono) que incutem valores sociais e hábitos favoráveis ao sistema. Eles aprendem a amar o consumo, a diversão furtiva e o sexo sem compromisso, enquanto aprendem a odiar a solidão, o amor e as artes que possam despertar sentimentos de insatisfação e rebeldia. A obra mostra como o corpo e a violência podem ser usados como veículos de opressão e alienação em uma sociedade distópica, e como os avanços das ciências humanas sustentam um poder totalitário. É uma análise profunda e

perturbadora da natureza humana e do poder do controle social.

5.1. Poder e medo em 1984

1984, último romance do escritor George Orwell, foi publicado em 1949 e é considerado uma das obras literárias mais influentes do século XX. O relato apresenta uma trama futurista que se passa no fatídico ano de 1984. Winston Smith, o herói da história narrada, vive refém de um mundo feito de opressão absoluta em uma sociedade dominada por um partido autoritário, o SOCING.

Em Oceânia, uma das três superpotências mundiais, ter uma mente livre é considerado crime gravíssimo, e todos os habitantes são submetidos à constante vigilância do partido. No entanto, por não ter uma mente totalmente controlada, em seu íntimo, Winston rebela-se contra a doutrina do partido. Ele buscava, entre as ruínas do presente, os fragmentos do passado, para confrontar a realidade vivida com as constantes imagens do passado que vinham a sua mente, na busca desesperada pela verdade. Desse modo, acaba se envolvendo em uma aventura emocionante com uma suposta sociedade secreta revolucionária e vive uma paixão proibida com Julia, uma camarada do partido que dissimulava uma verdadeira veneração ao “Grande Irmão” enquanto vivia em secretas transgressões ao regime. O “Grande Irmão”, aquele que aniquilava qualquer forma de resistência manipulando as pessoas, as faz acreditar que a espionagem era para o bem de todos, algo normal e necessário, punindo atitudes de rebeldia.

Em seu momento de rebeldia, Winston acaba sendo apanhado pela “polícia das ideias” e é torturado até o ponto em que sua mente é totalmente esvaziada e dominada pelo partido, chegando a afirmar que $2+2 = 5$. Essa afirmação postula que o controle sobre a realidade física é irrelevante, desde que as percepções sejam manipuladas para se alinhar com os desejos das autoridades. É como se a falsidade fosse transformada em verdade ao se tornar uma crença coletiva. Este fenômeno é particularmente relevante no contexto atual, onde as notícias falsas, ou “Fake News”, são disseminadas amplamente. Estas notícias, muitas vezes desprovidas de qualquer fundamento factual, são aceitas como verdadeiras por muitos, demonstrando o poder do controle da percepção sobre a realidade objetiva.

Convém, por sua vez, descrever outros pontos importantes do relato. Winston trabalhava no ministério da verdade e sua função consistia basicamente na reescrita de edições que eram publicadas no *Times*, veiculadas aos membros do partido. Seu trabalho

consistia em falsificar informações, uma mesma matéria poderia ser reescrita infinitas vezes e cada nova versão seria considerada a original.

Em *1984*, o mundo encontra-se dividido em três potências econômicas: Oceânia, Eurásia e Lestásia. A Oceânia encontra-se sempre em guerra contra a Eurásia, e em paz com a Lestásia, jamais sendo admitido que elas se agrupem de modo diferente. Orwell acreditava que a guerra seria sempre contínua, justificada por uma necessidade comum e que, no futuro, todos os governos seriam autoritários, ocupando-se do controle da vida dos seus membros. Em *1984*, a guerra justifica-se pela destruição de bens de consumo.

Nos apartamentos das mansões Victory, onde Winston morava, havia um instrumento chamado teletela, um aparelho que transmitia e recebia informações simultaneamente e que servia para transmitir a propaganda do partido. É por onde a “polícia das ideias” vigia as ações dos indivíduos em seus lares, nos poucos momentos em que é permitida a individualidade, já que tudo é feito de modo coletivo e os indivíduos acabam encarregados de vigiar as ações uns dos outros, como pode ser visto no trecho abaixo:

No interior do apartamento, uma voz agradável lia alto uma relação de cifras que de alguma forma dizia respeito a produção de ferro-gusa [...] por trás de Winston, a voz da teletela continuava sua lenga-lenga infinita sobre o ferro-gusa e o total cumprimento – com folga – das metas do nono plano trienal, [...] enquanto Winston permanecesse no campo de visão enquadrado pela placa de metal, além de ouvido também poderia ser visto (Orwell, 2009, p.12-13).

Todas essas formas de vigilância ainda estão presentes na vida dos cidadãos, às vezes de forma velada, por meio da tecnologia que tem contribuído cada vez mais para ampliar o controle dos cidadãos e a perda da privacidade. Os sistemas de informática controlam tudo o que as pessoas fazem, como questões tributárias, movimentações bancárias, gastos, viagens. A própria questão da insegurança causada pelo terrorismo internacional serviu para a ampliação desses mecanismos de controle.

No romance de Orwell, o partido incentivava a castidade como virtude a ser preservada, as moças usavam uma faixa da liga feminina anti-sexo, o casamento só poderia ser realizado quando autorizado expressamente e não poderia ter outra finalidade se não a procriação, sendo abolida toda e qualquer forma de prazer do ato sexual. Winston fora casado com Katerine, no entanto ele nunca poderia tê-la por completo devido à força da doutrinação do partido. Sua mente completamente ortodoxa não conseguia formular nenhuma ideia que ultrapassasse um *slogan*, pois o partido manipulava os instintos e as

tendências humanas para canalizá-los em manifestações de histeria, fúria e veneração:

[...] diferentemente de Winston, Júlia entendera o significado profundo do puritanismo sexual do partido. Não era apenas que o instinto sexual criasse um mundo próprio fora do controle do partido – um instinto que, por isso, se possível, tinha de ser destruído. O mais importante era que a privação sexual levasse a histeria, desejável porque podia ser transformada em fervor guerreiro e veneração ao líder. Eis como Júlia descrevia a questão:

Quando você faz amor, está consumindo energia; depois se sente feliz e não dá a mínima para coisa nenhuma. E eles não toleram que você se sinta assim. Querem que você esteja estourando de energia o tempo todo. Toda essa história de marchar para cima e para baixo e ficar aclamando e agitando bandeiras não passa de sexo que azedou. (George Orwell, 1984, p. 161).

O partido busca o controle total sobre a mente dos seus membros, inibindo qualquer forma de pensamento heterodoxo e, para isso, estreita ao máximo os limites da linguagem, por meio da Novafala, o idioma que consiste na destruição de palavras. Assim, o pensamento-crime seria impossível, ante o fato de que precisaria da linguagem para ser expressado. De acordo com Erich Fromm, “O objetivo do partido, com a Novafala era impedir que as pessoas pudessem pensar ou falar sobre conceitos como liberdade, democracia, individualidade ou revolução” (Fromm, 2009, p. 365).

Desse modo, em 1984 o corpo é transformado em um objeto de controle, que deve obedecer às ordens emanadas pelo Partido, despojado de qualquer emoção ou desejo próprio. O corpo é, então, alienado da sua dimensão humana e submetido à lógica do poder tirano, tornando visível o exercício da violência nos campos físico e psicológico, bem como a violência física como máxima expressão do poder soberano, que pode ser percebida na guerra contra os opositores, na vaporização daqueles que são considerados traidores da pátria e na tortura exercida pela polícia das ideias, que visa à extrapolação da dor suportada pelo corpo à eliminação de toda vontade e personalidade próprias.

O partido não se ocupa com o bem-estar dos seus membros, interessando-se apenas pelo poder pleno, macabro e cruel, como é relatado por O’Brien a Winston quando este está sendo torturado no ministério do amor: “[...] não estamos interessados no bem dos outros; só nos interessa o poder em si. Nem riqueza, nem luxo, nem vida longa, nem felicidade: só o poder pelo poder, poder puro” (Orwell, 2009, p. 380)

Apesar do controle exercido pelo partido, o corpo cria formas de resistência ao poder, que podem ser identificadas na busca da verdade e no amor que nasce entre Júlia e Winston e que representa uma forma de afirmação da individualidade e da liberdade.

Diante dos inúmeros desafios que Orwell já vislumbrava em 1949, é interessante

verificar como uma possível defesa a criação do Marco Civil da Internet. Uma lei aprovada no Brasil em 2014, estabelecendo princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no país. Embora essa lei tenha sido criada com o objetivo de proteger os direitos dos usuários da Internet, ela também permite que os dados sejam disponibilizados mediante autorização judicial para apurar responsabilidades civis ou criminais. Isso pode ser visto como uma brecha para a vigilância, já que as autoridades podem acessar informações privadas dos usuários com a justificativa de investigação. Também, na área do entretenimento, atualmente existem vários programas de televisão que naturalizam a vigilância, como o *Big Brother*. Criado por produtores holandeses, já teve versões exibidas em vários países, inclusive no Brasil, desde 2002. Tem o formato de *reality show*, cuja principal característica é o monitoramento dos confinados numa casa 24 horas por dia, transmitindo as imagens ao público. Essas reverberações ampliam as ideias do controle exercido pelo partido citadas na obra de George Orwell.

6. CONCLUSÃO

A leitura de romances distópicos, a luz das teorias sociopolíticas de autores do século XX, possibilita reflexões sobre as subjetividades quanto aos perigos no exercício do poder de maneira arbitrária. Em sociedades onde paira o caos e as relações políticas estão corrompidas por desvios e excessos quanto ao uso desse poder, é necessário tomar o controle para reestabelecer a ordem, não há lugar para imprevistos, e esse controle deverá incidir sobre os corpos e a vida em constante estado de potenciação. Os arranjos mais sutis da política deverão ocupar-se cada vez mais do corpo visto que este último configura-se como a matéria própria da política.

Por sua vez, no presente e no futuro, é fundamental que as ciências e a política sejam praticadas de maneira a respeitar o corpo humano e a vida. Isso significa que as decisões e ações tomadas nessas áreas devem levar em consideração os direitos humanos, a dignidade e o bem-estar das pessoas. É importante que as políticas públicas e as pesquisas científicas sejam conduzidas de maneira ética e responsável, visando sempre promover a saúde, a segurança e a qualidade de vida da população. Ao adotar essa abordagem, é possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde o respeito pelo corpo humano e pela vida é valorizado e protegido.

Os exemplos dos horrores praticados pelo nazismo, o fascismo e também pela ameaça da Guerra Fria revelam a influência negativa de ideologias nefastas que não

tomam a dignidade da pessoa humana como princípio e corrompem, desde a base, os valores sociais de democracia, liberdade de expressão e igualdade, que formam o alicerce para uma sociedade livre, justa e solidária.

As ideias propostas por Michel Foucault e Achille Mbembe possibilitam a compreensão das dinâmicas do poder e fornecem meios e ações para prevenir a ascensão de regimes antidemocráticos, como o que foi vivenciado no Brasil entre os anos de 1964 e 1985. Longe de incentivar a anarquia ou a luta de classes, esses pensadores oferecem uma análise crítica das relações de poder e conhecimento, e como elas são usadas como forma de controle social através de instituições sociais. Através dessa análise, é possível identificar e combater práticas autoritárias e opressivas, promovendo a democracia e a liberdade individual.

Com isso, a adoção de políticas que ampliem fronteiras e criem laços de amizade é fundamental para abordar os problemas sociais mais complexos. Através do acesso aos mais variados níveis de cultura, é possível superar as desigualdades, pois o conhecimento permite que o indivíduo tome consciência de seu poder e saiba como utilizá-lo para criar relações de igualdade. Como expresso pelo jurista Alexandre Meireles, a igualdade é um direito fundamental e consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades. Isso significa que, para garantir a igualdade, é necessário levar em consideração as diferenças individuais e proporcionar tratamento diferenciado de acordo com as necessidades de cada um. Dessa forma, é possível promover a justiça social e garantir que todos tenham as mesmas oportunidades e direitos. É essencial a promoção de políticas que incentivem a educação e o acesso à cultura para garantir a igualdade de oportunidades e combater as desigualdades sociais.

Nesse sentido, as obras literárias “1984” e “*Admirável Mundo Novo*” retratam formas de violência que representam uma ameaça constante à liberdade individual. Esses romances demonstram como a literatura pode ser uma ferramenta poderosa para discutir questões políticas que afetam diretamente a vida das pessoas, incentivando a reflexão sobre os valores fundamentais para uma sociedade livre. A análise dessas obras permite compreender a importância de preservar a liberdade individual e os direitos humanos, evitando políticas opressivas e autoritárias.

7. REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Tradução de

- Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia das letras, 1991.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso ministrado no collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.
- HUXLEY, Aldous. **Admirável Mundo Novo**. São Paulo: Globo, 2014.
- LIMA, F. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, p. 20-33.
- MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, v. 32, p. 122 – 151, 2016.
- MORE, Thomas. **A Utopia**. 2 ed. São Paulo: Martins Claret, 2000.
- ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- PECORARO, R. Corpus uma anatomia política na idade da biotécnica. **Aurora**, Curitiba, v. 24, p. 529-548, 2012.
- ARISTÓTELES. Metafísica. Tradução, ensaio introdutório, sumário e comentários de Giovane Reale. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- JAMESON, Fredric. Apolítica da utopia. Margem Esquerda: Ensaios marxistas, São Paulo, n.3, p 7- 23, 2003.
- DESCARTES, René. Discurso do método. São Palo: Martins Fontes, 2001.
- CÂNDIDO, Antônio. Vários escritos. 3 ed. Revista e ampliada. São Paulo: Duas cidades, 1995.
- BARROS, João Roberto. O racismo de Estado em Michel Foucault. R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v. 15, n.1, p. 01- 16, 2018.